

JORNAL meionorte



TEMPERATURA: Máxima: 32°
Mínima: 23°

ANO XXII - Nº 8951 - TERESINA (PI), QUARTA-FEIRA, 25 DE JANEIRO DE 2017

VALORES: CAPITAL E INTERIOR: R\$ 2,00
OUTROS ESTADOS: R\$ 2,50

DE VOLTA

A 1ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) realizou ontem a primeira sessão de julgamento da Corte de Contas em 2017. Nesta quarta-feira, dia 25, ocorrerá a sessão da 2ª Câmara e, na quinta-feira, 26, a primeira sessão ordinária do Pleno. As sessões de julgamento estão sendo retomadas depois do receso de Natal e Ano Novo.

PAUTA

Ontem foram colocados em pauta no TCE-PI 13 processos de órgãos estaduais e prefeituras municipais. Alguns deles foram retirados de pauta e retornam em sessões posteriores, como o processo da prestação de contas do Detran (Departamento Estadual de Trânsito) referente a 2013, que voltou para o Ministério Público de Contas (MPC).

SESSÕES

TCE retoma julgamentos de prestação de contas de prefeituras

O Tribunal de Contas do Piauí retoma nesta semana as sessões de julgamentos de denúncias e prestações de contas em 2017. Nesta quarta-feira (25), os conselheiros da 2ª Câmara do Tribunal julgam as contas de 15 prefeituras. Ontem (24), a 1ª Câmara analisou processos de seis municípios. Já na quinta-feira (26), o plenário realiza a primeira sessão ordinária.

Na sessão de ontem (24), o TCE aprovou as contas das prefeituras de Betânia do Piauí, Angical e Cajazeiras do Piauí. Nos três casos, os gesto-

res foram multados em cerca de R\$ 1.500,00. Já a prestação de contas da Prefeitura de Regeneração foi aprovada sem aplicação de multa. A prestação de contas do ano de 2013 do Detran foi retirada de pauta após ser devolvida para o Ministério Público de Contas.

O julgamento do relatório de tomada de contas na Prefeitura de Campo Maior, relatado pelo conselheiro-substituto Delano Câmara, foi suspenso por pedido de vistas do conselheiro-substituto Jaylson Campelo e deve retornar na próxima sessão.

Nesta quarta-feira (25), a 2ª Câmara deve analisar as prestações de contas dos anos de 2013 e 2014 das cidades de Nossa Senhora dos Remédios, São Miguel da Baixa Grande, São Braz do Piauí, São José do Piauí, Campo Alegre do Fidalgo, Cristiano Castro, Altos, Demerval Lobão, Buriti dos Montes, Joca Marques, Francisco Ayres, Barreiras do Piauí, Isaias Coelho, Júlio Borges e União. Os trabalhos no TCE estavam paralisados desde o recesso de ano novo.

(João Magalhães)

Expectativa para o resultado da auditoria na licitação da Subconcessão

25/01/17, 07:29



As sessões de julgamentos do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) foram retomadas na terça (24), com os trabalhos da 1ª Câmara do Tribunal. Nesta quarta-feira (25), ocorrerá a sessão da 2ª Câmara e, na quinta-feira, 26, a primeira sessão ordinária do Pleno. As sessões de julgamento estão sendo retomadas depois do recesso de Natal e Ano Novo.

A expectativa é pela apresentação do relatório da Divisão de Fiscalização que está auditando a licitação para a subconcessão dos serviços de fornecimento de água e tratamento de esgoto, desde novembro de 2016. Neste período que o TCE investiga as denúncias de irregularidades, o processo está parado, o governo está impedido de assinar o contrato para a subconcessão dos serviços. O relator da matéria é o conselheiro Kennedy Barros e não existe prazo para fim do trabalho.

Outra ação do TCE que promete, são as inspeções nos municípios que decretaram emergência administrativa, após os técnicos do tribunal voltarem desses municípios. E segundo informações do TCE, eles começaram a fazer os relatórios para avaliar se havia necessidade destes decretos. Os prefeitos que fizeram estes atos, justificaram calamidade na gestão. A atenção do TCE é justificada porque os decretos isentam as administrações de fazer licitações para para compras e contratos.

Julgamentos

Na sessão da 1ª Câmara, presidida pelo conselheiro Kléber Eulálio, foram colocados em pauta 13 processos de órgãos estaduais e prefeituras municipais. Alguns deles foram retirados de pauta e retornam em sessões posteriores, como o processo da prestação de contas do Detran (Departamento Estadual de Trânsito) referente a 2013, que voltou para o Ministério Público de Contas (MPC).

As prestações de contas de gestão das prefeituras de Ipiranga, Betânia do Piauí, Angical e Cajazeiras do Piauí, referentes ao exercício de 2014, foram aprovadas com ressalva e multa de 500 UFRs-PI (Unidades Fiscais de Referência do Piauí). A prestação de contas da Prefeitura de Regeneração, exercício de 2013, também foi julgada regular com ressalva.

O julgamento do relatório de tomada de contas na Prefeitura de Campo Maior, relatado pelo conselheiro-substituto Delano Câmara, foi suspenso por pedido de vistas do conselheiro-substituto Jaylson Campelo e deve retornar na próxima sessão.

Link: <http://cidadeverde.com/blogdobira/81672/expectativa-para-o-resultado-da-auditoria-na-licitacao-da-subconcessao>

Sessão da 1ª Câmara do TCE-PI desta terça-feira: julgamentos de contas retomados

Prestações de contas de gestão das prefeituras de Ipiranga, Betânia do Piauí, Angical e Cajazeiras do Piauí, referentes ao exercício de 2014, foram aprovadas com ressalva

A 1ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) realizou nesta terça-feira a primeira sessão de julgamento da Corte de Contas em 2017. Nesta quarta-feira (25), ocorrerá a sessão da 2ª Câmara e, na quinta-feira, 26, a primeira sessão ordinária do Pleno. As sessões de julgamento estão sendo retomadas depois do recesso de Natal e Ano Novo.



Sessão da 1ª Câmara do TCE-PI desta terça-feira: julgamentos de contas retomados

Na sessão da 1ª Câmara, presidida pelo conselheiro Kléber Eulálio, foram colocados em pauta 13 processos de órgãos estaduais e prefeituras municipais. Alguns deles foram retirados de pauta e retornam em sessões posteriores, como o processo da prestação de contas do Detran (Departamento Estadual de Trânsito) referente a 2013, que voltou para o Ministério Público de Contas (MPC).

As prestações de contas de gestão das prefeituras de Ipiranga, Betânia do Piauí, Angical e Cajazeiras do Piauí, referentes ao exercício de 2014, foram aprovadas com ressalva e multa de 500 UFRs-PI (Unidades Fiscais de Referência do Piauí). A prestação de contas da Prefeitura de Regeneração, exercício de 2013, também foi julgada regular com ressalva.

O julgamento do relatório da tomada de contas na Prefeitura de Campo Maior, relatado pelo conselheiro-substituto Delano Câmara, foi suspenso por pedido de vistas do conselheiro-substituto Jaylson Campelo e deve retornar na próxima sessão.

Link: <http://www.oitomeia.com.br/noticias/2017/01/24/sessao-da-1a-camara-do-tce-pi-desta-terca-feira-julgamentos-de-contas-retomados/>

Governo aguarda decisão do TCE para subconcessão da Agespisa

f FACEBOOK

tw TWITTER

g+

Imprimir



O processo de avaliação do processo de subconcessão dos serviços da Águas e Esgotos do Piauí S/A(Agespisa) foi concluído pelo Governo. De acordo com a superintendente de Parcerias e Concessões (Suparc), Viviane Moura, com o aval do Tribunal e Contas do Estado o a nova empresa pode ser homologada ainda esta semana e assumir a Agespisa na capital pelos próximos 31 anos.

Confira também

[Edital de licitação da subconcessão da Agespisa será lançado em janeiro](#)

[Edital para subconcessão da Agespisa será lançado este mês](#)

"Da parte do Estado a gente encerra esse processo essa semana com a homologação e a justificação do resultado final da licitação e vamos ficar aguardando a decisão do TCE para assinar o contrato. Por parte do estado, se não tivéssemos condições impostas pelo tribunal, na sexta-feira já poderíamos formalizar o ato de notificação da empresa para que ela constituísse a SPE (Sociedade de Propósito Específico)", explicou Viviane.

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí solicitou que o governo estadual não homologasse a licitação que determinou a empresa que vai explorar a subconcessão da Agespisa em Teresina. O resultado final do certame foi publicado em novembro, mas o TCE recebeu uma denúncia sobre uma possível fraude no processo licitatório.

Segundo o TCE, essa medida tem o objetivo de afastar a ocorrência de situações jurídicas que poderão ser motivo de revisão, ajustes e/ou modificação em um momento futuro, em decorrência do processo de auditoria que está em andamento.

A Suparc decidiu por acatar a decisão do TCE e aguarda agora quase dois meses depois uma conclusão para que seja realizada a homologação. "Após a homologação, acontece a justificação que é a etapa final - a empresa vencedora vai poder trabalhar no processo de constituição de uma SPE que é uma empresa específica para cuidar do processo de Teresina só que a assinatura do contrato fica na condição da avaliação do TCE", pontuou.

Ainda segundo Viviane, ainda durante o processo licitatório a empresa concorrente foi analisada no que diz respeito a qualificação econômico-financeira, obediência de leis trabalhistas, etc. Para efeito de contratação a empresa que tem atuação nacional, terá um CNPJ específico para a concessão de Teresina. "É uma forma de dar segurança ao empreendimento e garantir que essa empresa não venha a comprometer o projeto de Teresina onde uma empresa é contratada para prestar um serviço que vai ser viabilizado através do investimento de obras", acrescentou.

Funcionários

Em resposta as constantes dúvidas dos servidores da Agespisa sobre a modificação da gestão, Viviane garante que não haverá demissão e nem sequer diminuição nos valores recebidos atualmente. Segundo a superintendente a empresa não deve aproveitar a mão de obra atual, mas serão cedidos a Emgerpi.

"Os empregados da Agespisa vão continuar trabalhando para o Estado. Eles trabalham numa empresa pública e serão cedidos para a Emgerpi que vai ceder para outros órgãos do Estado. Eles não serão demitidos e não vão ter seus salários diminuídos. Eles vão mudar de atuação", completou.

O Estado continuará com a obrigação de atuar como responsável pelos serviços.

A Arsete e o Instituto das Águas que irão fazer a fiscalização e o comitê de monitoramento que vai acompanhar tanto as obras como a prestação de serviços da concessionária. "Se ela não cumprir com as metas de execução de obra e regularidade do serviço ela perde o contrato", concluiu.

TCE

Para Viviane o processo está concluído e agora bastaria o tribunal de contas emitir sua decisão. De acordo com o TCE o relatório da Diretoria de Fiscalização ainda não foi finalizado. A diretoria é formada por engenheiros e auditores de controle externo e ainda não há previsão para a conclusão.



TCE aprecia 13 processos na primeira sessão de julgamento da Corte de Contas

Da Redação do Portal AZ | 24 de Janeiro de 2017, 16:06



A 1ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) realizou nesta terça-feira (24) a primeira sessão de julgamento da Corte de Contas em 2017.



Na sessão presidida pelo conselheiro Kléber Eulálio, foram colocados em pauta 13 processos de órgãos estaduais e prefeituras municipais. Alguns deles foram retirados de pauta e retornam em sessões posteriores, como o processo da prestação de contas do Detran (Departamento Estadual de Trânsito) referente a 2013, que voltou para o Ministério Público de Contas (MPC).

As prestações de contas de gestão das prefeituras de Ipiranga, Betânia do Piauí, Angical e Cajazeiras do Piauí, referentes ao exercício de 2014, foram aprovadas com ressalva e multa de 500 Unidades Fiscais de Referência do Piauí (UFRs-PI). A prestação de contas da Prefeitura de Regeneração, exercício de 2013, também foi julgada regular com ressalva.

O julgamento do relatório de tomada de contas na Prefeitura de Campo Maior, relatado pelo conselheiro-substituto Delano Câmara, foi suspenso por pedido de vistas do conselheiro-substituto Jaylson Campelo e deve retornar na próxima sessão.

Nesta quarta-feira (25), ocorrerá a sessão da 2ª Câmara e, na quinta-feira, 26, a primeira sessão ordinária do Pleno. As sessões de julgamento estão sendo retomadas depois do recesso de Natal e Ano Novo.

Link: <https://www.portalaz.com.br/noticia/geral/388573/tce-aprecia-13-processos-na-primeira-sessao-de-julgamento-da-corte-de-contas>

Será dias 16 e 17/02 - 25/01/2017 às 09h48

TCE e EGC reunirão prefeitos e vereadores em Parnaíba em fevereiro

 Curtir


 Compartilhar

 0

 Tweet

 G+1

 0

 Compartilhar





**Conheça as atitudes de
pessoas de sucesso!**



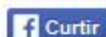
O Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE) e a Escola de Gestão e Controle (EGC) realizarão o III Seminário para os Novos Gestores e Ouvidoria Itinerante, dias 16 e 17 de fevereiro, em Parnaíba.



O público-alvo são prefeitos, vice-prefeitos, presidentes de Câmaras, vereadores, conselheiros municipais e servidores. A programação conta com Ciclo de Palestras e minicursos.

Link: <http://180graus.com/piaui-180/tce-e-egc-reunirao-prefeitos-e-veredores-em-parnaiba-em-fevereiro>

TCE adia julgamento de tomada de contas especial em Campo Maior



Curtir

Compartilhar

4

Tweet

G+1

0

Compartilhar



O Tribunal de Contas do Estado retomou julgamentos nesta terça-feira (24/01). Na sessão da 1ª Câmara, presidida pelo conselheiro Kléber Eulálio, 13 processos de órgãos estaduais e prefeituras municipais foram colocados em pauta.

Destes, acabou sendo adiado o processo da prestação de contas do Detran referente a 2013, que voltou para o Ministério Público de Contas.

Analisadas, as prestações de contas de gestão das prefeituras de Ipiranga, Betânia do Piauí, Angical e Cajazeiras do Piauí, referentes ao exercício de 2014, e da Prefeitura de Regeneração, exercício de 2013, foram aprovadas com ressalvas.

Já o julgamento do relatório de tomada de contas na Prefeitura de Campo Maior, relatado pelo conselheiro-substituto Delano Câmara, acabou sendo suspenso após pedido de vistas conselheiro-substituto Jaylson Campelo e deve retornar na próxima sessão.




Link: <http://180graus.com/banda-larga/tce-adia-julgamento-de-tomada-de-contas-especial-em-campo-maior>

Ex-prefeito Raimundo Ferreira é denunciado ao Tribunal de Contas


Federal ainda acusa o ex-prefeito de depredação e dilapidação do patrimônio público, com abandono de veículos, desobediência a Lei de Responsabilidade Fiscal na contratação de funcionários.

BÁRBARA RODRIGUES

24/01/2017 © 22h24 - atualizado © 22h26

 Compartilhe no Facebook

 Compartilhe no Twitter

 Compartilhe no Google+

 Enviar por E-mail

 Mais opções

O ex-prefeito de São Pedro do Piauí, Raimundo Ferreira Nunes, foi denunciado ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) por irregularidades na realização de procedimentos licitatórios. A denúncia foi feita pelo ex-vereador Antônio Moacir Marques de Oliveira, mais conhecido como Federal. Raimundo Nunes encerrou seu mandato no dia 31 de dezembro de 2016.

O denunciante afirma que os processos licitatórios de Tomada de Preço N° 029/2015 finalizado em 10 de março de 2016 e Tomada de Preço N° 016/2016 que foi finalizada em julho de 2016, tiveram como vencedor a empresa José Washington Barros Alvarenga Neto - EPP, a qual tem como representante legal, José Washington Barros Alvarenga Neto, que seria parente de Raimundo Ferreira e na época dos contratos era engenheiro da prefeitura.

“Causa desconfiança tais processos licitatórios, visto que o proprietário da empresa acima elencada, a qual foi vencedora dos processos licitatórios, os quais totalizaram o montante de mais de meio milhão de reais, é o Engenheiro Fiscal da Prefeitura de São Pedro do Piauí e se não bastasse, ainda tem parentesco com o ex-prefeito Raimundo Ferreira Nunes”, disse.

Afirma ainda que “o relatório fotográfico das escolas que deveriam ter sido reformadas, no entanto, em algumas delas a reforma foi somente superficial e em outros sequer foi feita reforma, desta feita, não justificando o vultoso valor dos processos licitatório, sendo tais valores exorbitantes e não condizentes com a realidade, não restando outro entendimento para explicação dos valores se não a malversação do dinheiro”.

Federal ainda acusa o ex-prefeito de depredação e dilapidação do patrimônio público, com abandono de veículos, desobediência a Lei de Responsabilidade Fiscal na contratação de funcionários acima do permitido e falta de repasse do duodécimo para a Câmara Municipal. A denúncia é do dia 28 de dezembro e o conselheiro Abelardo Pio Vilanova será o relator.

EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 053/2015
TOMADA DE PREÇO Nº 029/2015

Contratante: PREFEITURA DE SÃO PEDRO DO PIAUÍ /PI – CNPJ Nº 06.554.810/0001-76

Contratado: JOSE WASHINGTON BARROS ALVARENGA NETO - EPP, inscrita com o CNPJ: 22.851.187/0001-70.

Objeto: Contratação das empresas para Execução de obra de Reforma e Ampliação da unidade Escolar Antônio Alves da Silva no município.

Valor: 297.251,98(duzentos e noventa e sete mil e duzentos e cinquenta e um reais e noventa e oito centavos).

Base Legal: Lei nº 8.666/93, de 21.06.93.

Fonte de Recurso: FPM – Receita Própria, Conta Movimento, Recurso próprio da Educação, ICMS, ISS e Outros.

Prazo de Vigência: 12 meses.

Data: 04 de janeiro 2016.


Raimundo Ferreira Nunes
Prefeito Municipal

Extrato de contrato

Outro lado

Procurado pelo **GPI**, o ex-prefeito não foi localizado para comentar o caso.

Link: <http://www.gp1.com.br/noticias/ex-prefeito-raimundo-ferreira-e-denunciado-ao-tribunal-de-contas-406928.html>

TCE vai julgar denúncia contra prefeito Gilson Castro

A denúncia foi apresentada pelos vereadores Maria Angélicas Alves Cardoso, Pedro Alves Batista e Isaias Gomes Ferreira.

WANESSA GOMMES

24/01/2017 © 20h02 - atualizado © 20h05



Compartilhe no Facebook



Compartilhe no Twitter



Compartilhe no Google+



Enviar por E-mail



Mais opções

O Tribunal de Contas do Estado vai julgar, na sessão desta quarta-feira (25), denúncia contra o prefeito de João Costa, Gilson Castro, e as secretárias de Educação, Assistência Social e Saúde, Isabel Coelho, Milca Magalhães e Tatiana Paula, respectivamente.

Segundo os vereadores, desde o mês de janeiro de 2013 um grupo de pessoas e empresas recebem pagamentos sem realizar a devida prestação destes serviços à população, causando sérios prejuízos ao erário. Eles ainda são acusados de perseguição a servidores e contratação sem concurso público.

As irregularidades apontadas pelos vereadores estão nas contratações das empresas: Maria do Carmo de Sousa Locação de Veículos, Aja Locadora de Veículos e Serviços Ltda, Ted Construtora Ltda, Transerv Locação de Veículos Coletas de Resíduos e Eventos Ltda, que segundo a denúncia é de propriedade de Flavio Rodrigues da Costa, esposo da secretária de Saúde, Tatiana Paula, Luiz Gonzaga de Carvalho sucessores Ltda, Posto Tota Ltda, Papyrus Assessoria Consultoria em Gestão Pública, Rodrigo Martins Advogados Associados, Churrascaria Marques, onde de acordo com os vereadores na verdade funciona um bar e que tem como sócio proprietário um servidor contratado da prefeitura bem como os seus 03 (três) irmãos, sendo uma concursada e os demais contratados, além do Pai que é servidor efetivo e Francisco Gomes de Sousa Junior ME.

Os vereadores denunciantes Maria Angélicas Alves Cardoso, Pedro Alves Batista e Isaias Gomes Ferreira solicitam a sustação imediata dos contratos de aluguel de carros e apurados os pagamentos realizados às referidas empresas nos anos de 2013 e 2014, dos repasses para as empresas de consultorias que, segundo eles, não prestam serviços ao município e apurados os pagamentos realizados às referidas empresas nos anos de 2013 e 2014, bem como a comprovação efetiva da realização de tais serviços e inspeção "in loco".

Defesa

A defesa do prefeito e das secretárias afirmou que a gestão assumiu o município de João Costa em situação assaz caótica, repudiou as denúncias e pediu total improcedência das denúncias. Afirmou ainda que "os denunciantes são ferrenhos adversários políticos do prefeito e pretendem, a todo custo denegrir a imagem ilibada da atual administração".

Por último pediu que "considerado que nas afirmações dos denunciadores, imputam falsamente aos denunciados fatos definidos como crime e ofensa a reputação, praticados por funcionários públicos no exercício das funções, após o julgamento pela improcedência da denúncia, seja a decisão encaminhada à Procuradoria Geral de Justiça, para o procedimento criminal, em razão de que os denunciantes possuem foro privilegiado nos termos do art. 123 III, n°4) da Constituição do Estado do Piauí".

Link: <http://www.gp1.com.br/noticias/tce-vai-julgar-denuncia-contra-prefeito-gilson-castro-407899.html>